A Pauta da Semana detalha a previsão dos trabalhos nos Plenários e Comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal no período de **19 a 23 de agosto de 2019**, observando que os eventos podem ser cancelados, alterados ou incluídos extra pauta.

SEMANA NO CONGRESSO NACIONAL

Cenário Político: Na Câmara as atenções estarão voltadas para a liberação do porte de arma e da discussão da reforma tributária.

No Senado as atenções estarão voltadas para a tramitação da proposta de Reforma Previdenciária, com a realização de audiências públicas durante toda a semana.

Plenário

3ª feira, 4ª feira e 5º feira

Energia Elétrica

Medida Provisória 879 de 2019, que trata sobre regras das distribuidoras de energia elétrica.

Licitações e contratos da administração pública

Projeto de Lei 1.292, de 1995, que altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Porte de Arma concedido por Decreto

Projeto de Lei 3.723-A de 2019, de iniciativa do presidente da República que altera a Lei do Porte de Armas para alterar as regras sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.
permite a concessão de porte de arma de fogo por meio de decreto presidencial.

Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público

3ª feira – 14h

Audiência pública sobre projetos de lei que regulamentam o FGTS, com os seguintes convidados:

1) Igor Vilas Boas de Freitas, presidente do Conselho Curador do FGTS;2) Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal; 3) Ricardo Path, presidente da Central Sindical União Geral dos Trabalhadores (UGT); 4) Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e 5) Mário Avelino, presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador.

Comissão Especial da Reforma Tributária

3ª feira, 14h30

Apresentação da **Proposta de Emenda à Constituição 45 de 2019** que trata da Reforma Tributária, com exposição do deputado Baleia Rossi, primeiro signatário da proposta e Bernardo Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal.

Comissão de Seguridade Social e Família

4ª feira, 9h30

Salário-maternidade de trabalhadoras contratadas por micro e pequenas empresas

Projeto de Lei 4.999 de 2016, de autoria da então senadora Gleisi Hoffmann, para acrescentar § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de estabelecer que o salário-maternidade devido às empregadas das microempresas e das empresas de pequeno porte seja pago diretamente pela Previdência Social, com relatório do deputado Diego Garcia concluindo pela rejeição.

Concessão de benefícios ao trabalhador com doenças degenerativas

Projeto de Lei 8.046 de 2017, de autoria do deputado Ricardo Izar, para permitir aos trabalhadores e dependentes com doenças crônico degenerativas os seguintes benefícios: a) Permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço(FGTS); b) Inexigibilidade de prazos de carência para a concessão do auxílio doença e da aposentadoria por invalidez; c) Concessão do benefício do passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual; d) Isenção do Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma; e) Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados(IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis; f) Isenção do Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores imobiliários (IOF), com relatório do deputado Hiran Gonçalves concluindo pela aprovação do projeto e da Emenda Adotada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. com substitutivo.

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

4ª feira, 10h

Transferência do trabalhador entre empresas de Grupo Econômico

Projeto de Lei 2298 de 2019, de autoria do deputado Mário Heringer (PDT-MG), que pretende estabelecer a possibilidade de transferência de empregado entre empresas de um mesmo grupo econômico, dispensada a demissão, e dá outras providências, com relatório do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), concluindo pela aprovação.

Limitação da Penhora sobre o faturamento da empresa

Projeto de Lei 3083 de 2019, de autoria do deputado Marcos Pereira (PRB-SP), que pretende alterar os arts. 642-A e 883 da CLT para dispor sobre a penhora sobre o faturamento da empresa que será limitado a 20% do valor mensal, deduzido o valor da folha de pagamento, com relatório do deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP) concluindo pela aprovação do projeto.

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

4ª feira às 10h

Dispensa de comunicação de férias

Projeto de Lei 7164 de 2014, de autoria da deputada Iracema Portella, para alterar o art. 135 da CLT com o fim de dispor sobre hipótese de dispensa de aviso prévio de férias. Propõe o projeto que na hipótese de o empregador fixar as férias conforme período de gozo solicitado pelo trabalhador, é inaplicável o aviso prévio de comunicação das férias, por escrito, com antecedência de, no mínimo, trinta dias, com relatório do deputado Pedro Lucas Fernandes concluindo pela aprovação do projeto.

Institui o Simples Trabalhista

Projeto de Lei 450 de 2015, de autoria do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que cria o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte. O Simples Trabalhista trará prejuízos aos trabalhadores e a toda sociedade impactando negativamente na receita da Previdência Social e do FGTS, quando reduz o salário e os benefícios e com conseguinte redução o consumo em virtude da baixa renda mensal. Matéria relatada pelo deputado Mauro Nazif (PSB-RO), que apresentou seu voto concluindo pela aprovação do projeto com texto substitutivo contendo os mesmos malefícios do texto original com pequenas alterações para incorporar as modificações decorrentes da Lei da Reforma Trabalhista.

Participação da entidade sindical na negociação do PLR

Projeto de Lei 3016 de 2015, de autoria do deputado Laércio Oliveira (SD-SE), propondo modificar o art. 2º da Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para orientar a participação das entidades sindicais nos casos de empresas com múltiplas atividades ou filiais referente aos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados, com relatório do deputado Lucas Vergilio (SD-GO), concluindo pela aprovação do projeto com substitutivo.

Contrato de autônomo

Projeto de Lei 8.303 de 2017, de autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE), propondo a supressão do art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho, que disciplina a prevê que a contratação do autônomo, observadas as formalidades legais, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º da Consolidação, com relatório da deputada Flávia Morais (PDT-GO), concluindo pela aprovado do projeto.

Comissão de Finanças e Tributação

4ª feira, 10h

Lavagem de Uniformes

Projeto de Lei 323 de 2015, de autoria do deputado Jorge Solla (PT-BA), para dispor sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados, com relatório do deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA), concluindo pela aprovação do projeto na forma do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço, e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Câmara dos Deputados

Comissão de Defesa do Direito da Mulher

4ª feira, 14h30

Contratação de trabalhadores com filhos menores de 14 anos de idade
Projeto de Lei 645 de 2019, de autoria do deputado Vander Loubet (PT-MS), para conceder benefícios tributários a empresas que contratem trabalhadoras que sejam mães de crianças de até 14 anos de idade, com relatório da deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) concluindo pela aprovação, com substitutivo.

Senado Federal

Plenário

Liberdade Econômica e Trabalho aos Domingos e Feriados
Projeto de Lei de Conversão 21 de 2019, originária da Medida Provisória 881 de 2019, com o fim de instituir a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; e altera a CLT para permitir o trabalho aos domingos e feriados.

Limita a concessão de decisões monocráticas nos tribunais superiores
Proposta de Emenda à Constituição 82 de 2019, tendo como primeiro signatário o senador Oriovisto Guimarães, propondo modificar os arts. 93, 97 e 102 da Constituição Federal, para disciplinar os pedidos de vista nos tribunais e dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares por tribunais, com parecer aprovado pela CCJ com relatoria do senador Esperidião Amin.

Comissão de Constituição Justiça e Cidadania

2ª feira às 14h30

Reforma Tributária
Audiência pública para instruir a **Proposta de Emenda à Constituição 110 de 2019,** que dispõe sobre a reforma tributária, com a participação dos seguintes convidados: 1) Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal; 2) Luiz Carlos Hauly, ex-deputado federal; 3) Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal; 4) Felipe Scudeler Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI); 5) Luciano Bivar, deputado federal. 6) Eduardo Giannetti da Fonseca, economista e professor.

Comissão de Constituição Justiça e Cidadania

3ª feira às 9h

Reforma Previdenciária
Audiência pública para instruir a **Proposta de Emenda à Constituição 6 de 2019,** que dispõe sobre a reforma da previdência, com a participação dos seguintes convidados: 1) Rogério Simonetti Marinho, secretário especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia; 2) Rafael Tajra Fonteles, presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz); e 3) Jayme Martins de Oliveira Neto, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); 4) Nelson Henrique Barbosa Filho, ex-ministro da Fazenda e professor da Universidade de Brasília (UnB); 5) Ângelo Fabiano Farias da Costa, coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS); 6) Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE); 7) Emerson Garcia, promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Comissão de Constituição Justiça e Cidadania

3ª feira às 14h

Reforma Previdenciária

Audiência pública para instruir a **Proposta de Emenda à Constituição 6 de 2019,** que dispõe sobre a reforma da previdência, com a participação dos seguintes convidados: 1) André Luiz Gutierrez, presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (COBRAPOL); 2) Carlos Eduardo Benito Jorge, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL); 3) Deolindo Paulo Carniel, presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF); 4) Fernando Ferreira de Anunciação, presidente da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários (FENASPEN); 5) Leandro Cerqueira Lima, presidente da Associação Brasileira de Criminalística (ABC); 6) Leonardo José Rolim Guimarães, secretário de Previdência do Ministério da Economia; 7) Leonel Lucas Lima, presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares (ANERMB); 8) Marlon Jorge Teza, presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME); 9) Oséias Francisco da Silva, presidente da Conferência Nacional das Guardas Municipais do Brasil (CONGM).

Comissão de Constituição Justiça e Cidadania

4ª feira às 8h

Reforma Previdenciária

Audiência pública para instruir a **Proposta de Emenda à Constituição 6 de 2019,** que dispõe sobre a reforma da previdência, com a participação dos seguintes convidados: 1) Guilherme Santos Mello, professor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON da Unicamp); 2) Miguel Soldatelli Rossetto, ex–ministro do Trabalho e Previdência Social; 3) Paulo Penteado Teixeira Junior, assessor jurídico e Legislativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp); 4) representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT); 5) Denise Lobato Gentil, professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 6) Clemente Ganz Lúcio, diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); 7) Diego Cherulli, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP). Marcio Pochmann, economista, professor e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da UNICAMP; 8) representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Senado Federal

Comissão de Assuntos Sociais

4ª feira às 9h30

Debate sobre o índice de correção dos débitos trabalhistas

Requerimento 89 de 2019, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), propondo a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 396, de 2018, que altera o caput e o § 2º do art. 39 da Lei nº 8.177 de 1991, e os arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que os débitos trabalhistas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCAE).

Regras sobre Segurança e Saúde do Trabalho

Projeto de Lei do Senado 539 de 2018, de iniciativa do então senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), propondo acrescentar o artigo 200-A e incisos à CLT), para estabelecer regras para o procedimento de regulamentação da segurança e saúde no trabalho, com relatório do senador Irajá (PSD-TO), concluindo pela aprovação do projeto e de duas emendas que apresenta.

Comissão de Constituição Justiça e Cidadania

4ª feira às 14h

Reforma Previdenciária

Audiência pública para instruir a **Proposta de Emenda à Constituição 6 de 2019,** que dispõe sobre a reforma da previdência, com a participação dos seguintes convidados: 1) Luciana de Barros Jaccoud, especialista em Assistência Social e Pobreza; 2) Thais Maria Riedel de Resende Zuba, diretora adjunta da Diretoria da Previdência do Servidor Público do IBDP; 3) Rosangela Piovizani Cordeiro, coordenadora nacional do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); 4) José Pinto de Mota Filho, presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social (SBPS); 5) representante da Central da Classe Trabalhadora (Intersindical); 6) Luiz Alberto dos Santos, consultor legislativo do Senado Federal; 7) José Celso Pereira Cardoso Júnior, presidente da Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); 8) Décio Bruno Lopes, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP); 9) Carlos Fernando da Silva Filho, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT); 10) Edvandir Felix de Paiva, presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF); 11) representante da Força Sindical; 12) representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); 13) representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); 14) representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); 15) representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); 16) representante da Central Sindical e Popular (Conlutas).

Comissão Mista – MP 889 – Liberação do FGTS e PIS

4ª feira às 14h30

Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente

Senado Federal

Comissão de Constituição Justiça e Cidadania

5ª feira às 9h

Reforma Previdenciária

Audiência pública para instruir a **Proposta de Emenda à Constituição 6 de 2019,** que dispõe sobre a reforma da previdência, com a participação dos seguintes convidados: 1) Rogério Simonetti Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; 2) Eduardo Moreira , economista; 3) Mauro Silva, presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (UNAFISCO NACIONAL); 4) Ricardo Paes de Barros, economista; 5) Ângelo Fabiano Farias da Costa, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); 6) Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 7) Djonatan Mafei Elias, presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e Regiões de Santa Catarina; 8) Genoir José dos Santos, presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão do Sul.

Comissão de Constituição Justiça e Cidadania

5ª feira às 14h

Reforma Previdenciária

Audiência pública para instruir a **Proposta de Emenda à Constituição 6 de 2019,** que dispõe sobre a reforma da previdência, com a participação dos seguintes convidados: 1) Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; 2) Paulo Rabello de Castro, economista; 3) Adriane Bramante de Castro Ladenthin, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP); 4) Mauro Luciano Hauschild, advogado e ex-presidente do INSS; 5) Luis Antônio de Araújo Boudens, presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF); 6) Kleber Cabral, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco).

Brasília-DF, 19 de agosto de 2019.

Relações Institucionais da CNTC

É permitida a reprodução desde que citada a fonte.